

BRVias Holding VRD S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de março de 2019

Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2019	11

Relatório de revisão do Auditor Independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas informações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

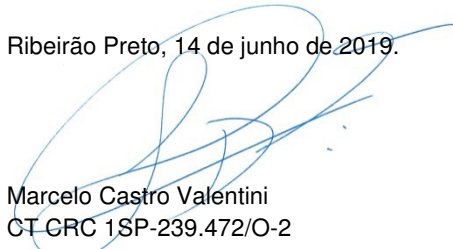
Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (IASB), aplicáveis à elaboração de demonstrações intermediárias e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e ao trimestre findo em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram respectivamente auditados e revisados por nós, cujos relatórios, respectivamente, sobre a auditoria e revisão foram emitidos em 29 de março de 2019 e 27 de abril de 2018, ambos sem modificações. O relatório relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2018 continha parágrafo de incerteza de continuidade operacional, não aplicável ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ribeirão Preto, 14 de junho de 2019.



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	17	22	2.820	4.919
Aplicações financeiras	4	-	-	60.958	62.537
Contas a receber	5	-	-	12.053	9.015
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	122	457
Adiantamento a fornecedores	-	-	62	864	948
Partes relacionadas	6	14.290	6.290	7.356	7.274
Outros créditos	-	32	32	2.842	2.753
Total do ativo circulante		14.339	6.406	87.015	87.903
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	-	-	-	1.776	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	18.625	22.977
Investimentos	7	328.945	328.219	-	-
Imobilizado	8	-	-	4.559	4.902
Intangível	9	-	-	945.220	940.164
Total do ativo não circulante		328.945	328.219	970.180	969.795
Total do ativo		343.284	334.625	1.057.195	1.057.698

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	42.476	39.160
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.600	1.600	1.600	1.600
Debêntures	11	16.399	107.756	65.960	550.272
Fornecedores	12	-	-	67.996	61.421
Arrendamento por direito de uso	10.1	-	-	1.044	-
Obrigações tributárias	-	-	2	3.596	3.608
Obrigações sociais	-	-	-	3.670	3.651
Partes relacionadas	6	9.165	1.154	8.000	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.397	3.300
Dividendos a pagar	6	66	66	66	66
Provisão para manutenção	13	-	-	14.219	14.795
Total do passivo circulante		27.230	110.578	210.024	677.873
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	108.241	128.639
Debêntures	11	93.183	-	500.985	-
Provisão para manutenção	13	-	-	13.036	26.522
Arrendamento por direito de uso	10.1	-	-	1.589	-
Provisão para contingências	15	-	-	449	617
Total do passivo não circulante		93.183	-	624.300	155.778
Patrimônio líquido	16				
Capital social		342.870	342.870	342.870	342.870
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(145.460)	(144.284)	(145.460)	(144.284)
Total do patrimônio líquido		222.871	224.047	222.871	224.047
Total do passivo		120.413	110.578	834.324	833.651
Total do passivo e patrimônio líquido		343.284	334.625	1.057.195	1.057.698

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita operacional líquida	17	-	-	57.235	47.534
Custo dos serviços prestados	18	-	-	(23.958)	(25.060)
Custo de construção	18	-	-	(7.410)	(2.879)
Lucro bruto		-	-	25.867	19.595
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(70)	(136)	(1.823)	(3.122)
Outros resultados operacionais		-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(70)	(136)	24.044	16.473
Receitas financeiras	19	-	-	646	778
Despesas financeiras	19	(1.830)	(8.643)	(21.513)	(28.112)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.830)	(8.643)	(20.867)	(27.334)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	7	725	(1.973)	-	-
Resultado antes dos impostos		(1.175)	(10.752)	3.177	(10.861)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	(221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(4.352)	330
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>(1.175)</u>	<u>(10.752)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(10.752)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação em Reais - R\$		<u>(0,00263)</u>	<u>(0,03094)</u>	<u>(0,00263)</u>	<u>(0,03094)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.175)	(10.752)	(1.175)	(10.752)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	<u>(1.175)</u>	<u>(10.752)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(10.752)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.260)	143.671
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.752)	(10.752)
Saldos em 31 de março de 2018	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(130.012)	132.919
Saldos em 01 de janeiro de 2019	447.470	(104.600)	342.870	25.461	(144.285)	224.046
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.175)	(1.175)
Saldos em 31 de março de 2019	447.470	(104.600)	342.870	25.461	(145.460)	222.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre	(1.175)	(10.752)	(1.175)	(10.752)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	417	476
Amortização	-	-	5.981	8.425
Baixa do intangível	-	-	361	2
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	-	-
Provisão para manutenção	-	-	3.954	3.710
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	(168)	13
Resultado de equivalência patrimonial	(725)	1.973	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	1.826	8.640	20.431	26.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	4.352	(330)
	(74)	(139)	34.153	27.967
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(3.038)	2.072
Despesas pagas antecipadamente	-	-	335	48
Outros créditos	62	-	(29)	(997)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	-	-	9.208	265
Passivo fiscal corrente	(2)	-	(12)	(23)
Obrigações sociais	-	-	19	219
Contas a pagar	9	11	(1.893)	69
Realização de provisão para manutenção	-	-	(18.016)	(2.967)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	-	(221)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	(215)	(5.723)	(7.072)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5)	(343)	15.004	19.360
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(16.460)	(20.660)
Resgate das aplicações	-	-	18.039	21.854
Adiantamento para futuro controlada	-	(2.600)	-	(2.600)
Aquisição de imobilizado	-	-	(74)	(247)
Adição do intangível	-	-	(11.398)	(2.881)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	-	(2.600)	(9.893)	(4.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	-	-	7.907	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.600	-	8.200
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	(3.901)	(15.117)	(18.740)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	-	1.699	(7.210)	(10.540)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(1.244)	(2.099)	4.286
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	22	1.381	4.919	2.852
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	17	137	2.820	7.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509 Iguatemi, 448, 10º andar, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 1.175 (R\$ 10.752 em 2018) e capital circulante líquido negativo de R\$ 12.891 (R\$ 104.172 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 123.009 (R\$ 589.970 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio pela sua controlada, das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

Participação acionária %			
	País	2018	2017
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico da Controlada

Durante o 1º trimestre, a Administração da Controlada concluiu as negociações junto aos credores e os aditamentos para formalização das alterações nas cláusulas de covenants financeiros enquadrando a Controlada dentro do novo contexto da economia brasileira. As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Se demonstram eficientes os planos da Administração que visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios, visto que no primeiro trimestre de 2019, alcançamos R\$ 5.077 de lucro antes dos impostos, contra um prejuízo de R\$ 2.082 para o mesmo período de 2018. A Administração permanece em busca da contínua eficiência operacional e consequentemente redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Controlada aumentar suas receitas.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração e preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Portanto, as informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a aquelas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações contábeis anuais até 31 de março de 2019.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outras formas.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 14 junho de 2019.

2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

2.3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da Deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como *notebooks*, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

O impacto da adoção inicial da IFRS 16, no primeiro trimestre de 2019, está demonstrado a seguir:

	Ativo (Nota nº 9)	Passivo (Nota nº 10)	Despesas
Adoção inicial	2.902	2.902	-
Adição	-	-	-
Pagamento	-	(345)	-
Amortização	(303)	-	(303)
Juros	-	76	(76)
Saldo em 31 de março de 2019	2.599	2.633	379

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

Em dezembro de 2018, a CVM, através da Deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que equivale à IFRIC em questão.

A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do IFRIC 23 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlada		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa	-	-	-	-
Banco conta movimento	17	22	2.687	4.786
Fundo de troco/ Numerários em trânsito	-	-	133	133
	17	22	2.820	4.919

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

4. Aplicações financeiras – consolidado

	31/03/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	60.958	62.537
	60.958	62.537

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 10 e 11.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

5. Contas a receber – consolidado

	31/03/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico	9.946	6.267
Visa - vale-pedágio	275	198
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	904	1.344
DBTrans S/A	252	225
Outros	676	981
	12.053	9.015

Idade de vencimento dos títulos	31/03/2019	31/12/2018
Créditos a vencer até 30 dias	11.139	7.767
Créditos a vencer até 60 dias	238	267
	11.377	8.034

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

6. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no período findo em 31 de março de 2019 e 2018:

Descrição	31/03/2019	31/03/2018
Diretores estatutários	12	11

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo				
<i>Outros créditos</i>				
BRVias S.A. (i)	-	-	1.066	984
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	6.290(*)	6.290(*)	6.290	6.290
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A. (ix)	8.000	-	-	-
	14.290	6.290	7.356	7.274
Passivo				
<i>Serviços prestados</i>				
Empresa Princesa do Norte S.A. (ii)	-	-	413	484
Splice Ind. e Com. de Serviços (iii)	-	-	340	418
NoroestecomTelecomunicações S/A (viii)	-	-	5	5
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial (iv/v)	-	-	9	9
Total fornecedores (Nota Explicativa nº 12)	-	-	767	916
Dividendos a pagar				
Fundo de Investimento em Participações Volutto (vii)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A. (vii)	33	33	33	33
	66	66	66	66
Partes relacionadas - Passivo				
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)	1.165	1.154	-	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A. (ix)	4.000	-	4.000	-
Breda Transportes e Serviços S.A (ix)	4.000	-	4.000	-
	9.165	1.154	8.000	-

- (*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do exercício			
	Nota	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	-	-	(413)	(2.166)
Splice Ind e Com de Serviços	(iii)	-	-	(731)	(288)
BRVias S.A.	(vi)	-	-	(869)	(795)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(viii)	-	-	(21)	(10)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv/v)	-	-	(28)	-
Total		-	-	(2.062)	(1.093)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia e sua controlada;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria de engenharia;
- (v) Serviços de consultoria administrativa;
- (vi) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (vii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- (viii) Outros serviços diversos;
- (ix) Antecipação Recebíveis.

7. Investimentos – controladora

A sua empresa controlada registrou um lucro de R\$ 725 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (prejuízo de R\$ 1.973 em 2018). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e Despesas	Lucro líquido/Prejuízo
31 de março de 2019	100%	81.841	970.180	1.052.021	191.962	531.117	723.079	328.945	57.235	(56.510)	725
31 de dezembro de 2018	100%	82.651	969.795	1.052.446	568.451	155.778	724.229	328.219	202.774	(207.941)	(5.167)
31 de março de 2018	100%	89.601	978.699	1.068.300	691.482	45.597	737.079	331.221	47.534	(49.507)	(1.973)

8. Imobilizado – consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	-	57	17	-	74
Saldo em 31 de março de 2019	4.543	6.015	2.024	2.020	14.602
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Depreciação no exercício	(594)	(435)	(197)	(600)	(1.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no período	(137)	(122)	(51)	(107)	(417)
Saldo em 31 de março de 2019	(3.600)	(3.464)	(1.278)	(1.701)	(10.043)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902
Em 31 de março de 2019	943	2.551	746	319	4.559

9. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros- concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	-	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	-	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	-	1.276	-	-	6.730	187	3.205	11.398
Baixas	-	-	-	-	(58)	-	(303)	(361)
Saldo em 31 de março de 2019	35.120	471.033	8.106	413.597	183.376	3.488	2.902	1.117.622
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.826)	(1.085)	-	(131.983)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	-	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.998)	(1.189)	-	(166.421)
Amortização do período	(191)	(2.538)	(44)	(2.235)	(956)	(17)	-	(5.981)
Saldo em 31 de março de 2019	(10.959)	(58.740)	(2.245)	(79.298)	(19.954)	(1.206)	-	(172.402)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	24.352	413.555	5.905	336.534	157.706	2.112	-	940.164
Em 31 de março de 2019	24.161	412.293	5.861	334.299	163.422	2.282	2.902	945.220

Arrendamento mercantil

Os valores contábeis líquidos, do ativo intangível, por categoria de ativo, adquiridos e registrados por meio de arrendamento em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e com contrapartida no passivo, conforme nota explicativa 10.1, são como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Direito de uso	2.902	-
	2.902	-

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

2009	
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

10. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	-	326	370
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	90.257	99.580
Finem-BNDES (iii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	45.206	49.875
CCB	5,80%	CDI	2020	-	-	13.709	16.571
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2017-2022	-	-	1.219	1.403
Total				-	-	150.717	167.799
Parcela circulante				-	-	42.476	39.160
Parcela não circulante				-	-	108.241	128.639

Composição por vencimento:

	31/03/2019	31/12/2018
Vencimento em		
2020	45.640	41.121
2021	36.485	38.819
2022	26.116	48.699
	108.241	128.639

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	167.799	205.830
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(15.117)	(40.950)
Pagamentos de juros	(5.723)	(15.950)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(20.840)	(56.900)
Outras variações		
Despesas de juros	3.758	18.869
Total de outras variações	3.758	18.869
Saldos finais	150.717	167.799

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de março de 2019, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 09 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª emissão de debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 955 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período de 3 meses findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 65. Em 31 de março de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 694.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 05 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de dívida líquida/EBITDA de 4,05, ICSD de 1,53 e PL/AT de 30,6%. Em 18 de setembro de 2018, a Companhia obteve *waiver* dando anuência deste banco para o descumprimento de *covenants* do período de 2018.

10.1. Arrendamento por direito de uso

	31/03/2019	31/12/2018
Outros passivos circulantes	1.044	-
Total dos outros passivos circulantes	1.044	
Outros passivos não circulantes	1.589	-
Total dos outros passivos não circulantes	1.589	-

11. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	34.480	33.807	34.480	33.806
31/08/2018	Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	75.102	73.949	75.102	73.949
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA +7,75%	-	-	457.363	442.517
Total					109.582	107.756	566.945	550.272
Circulante					16.399	107.756	65.960	550.272
Não circulante					93.183		500.985	-

Movimentação das debêntures consolidadas:

Controladora			31/03/2019	31/12/2018
Saldos iniciais			107.756	79.403
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos Financiamento			-	(57.555)
Pagamentos de juros			-	(9.890)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento			-	(67.445)
Outras variações				
Subscrição debentures			-	72.447
Despesas de juros			1.826	23.351
Total de outras variações			1.826	95.798
Saldos finais			109.582	107.756

Consolidado

31/03/2019 31/12/2018

Saldos iniciais	550.272	519.482
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos Financiamento	-	(70.426)
Pagamentos de juros	-	(42.567)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(112.993)
Outras variações		
Subscrição debêntures	-	72.447
Despesas de juros	16.673	71.336
Total de outras variações	16.673	143.783
Saldos finais	566.945	550.272

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 72.424 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.;

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;

- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

(ii) **Controlada**

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

Em 15 de abril de 2019, mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a Companhia obteve aprovação para alteração de algumas condições da Escritura de emissão de debêntures, principalmente, as curvas de pagamento e de *covenants* e também a anuência para o descumprimento de *covenants*.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 8,15% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo poder concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;

- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado; menor ou igual a 5,1, até dezembro de 2014; menor ou igual a 4,5, até dezembro de 2015; menor ou igual a 3,5, até dezembro de 2017; menor ou igual a 6,0, até dezembro de 2018; menor ou igual a 5,3 até dezembro de 2019; menor ou igual a 4,7 até dezembro de 2020; menor ou igual a 4,6 até dezembro de 2021; menor ou igual a 4,0 até dezembro de 2022; menor ou igual a 3,5 até dezembro de 2023; menor ou igual a 3,0 até dezembro de 2024; menor ou igual a 2,5 até dezembro de 2025; e menor ou igual a 2,0 até dezembro de 2026
- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%.

Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado maior ou igual 1,5, até dezembro de 2016; maior ou igual a 2,0, até dezembro de 2017; maior ou igual a 1,5, até dezembro de 2021; maior ou igual a 1,7, até dezembro de 2022; maior ou igual a 1,9, até dezembro de 2023; maior ou igual a 2,5, a partir de dezembro de 2024; Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano. Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 1.221 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 37. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.072

12. Fornecedores – Consolidado

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores diversos	51.184	43.377
Medições a pagar	2.903	4.785
Retenções (i)	13.909	13.259
Total	67.996	61.421

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	31/03/2019	31/12/2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	11.605	13.614
De 31 a 60 dias	5.701	2.764
De 61 a 90 dias	5.909	1.457
De 91 a 180 dias	2.946	2
De 181 a 360 dias	9.095	5.436
	35.256	23.273
Vencidas		
Até 30 dias	10.175	13.163
De 31 a 60 dias	2.545	2.623
De 61 a 90 dias	247	25
De 91 a 180 dias	3	636
De 181 a 360 dias	1.260	2.223
A mais de 360 dias	1.698	1.434
	15.928	20.104
	51.184	43.377

A Controlada é ciente de tais saldos e os mesmos já estão em fase de liquidação no decorrer dos 30 dias subsequentes.

13. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Passivo circulante	14.219	14.795
Passivo não circulante	13.036	26.522
Total	27.255	41.317

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2018	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317
Realização por consumo	(18.016)
Adições	3.954
Em 31 de março de 2019	27.255

14. Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de março de 2019 e 2018 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2019	31/12/2018
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308
Provisão para manutenção	9.267	14.049
Outras provisões temporárias	310	210
	45.885	50.567
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.813)	(1.773)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(25.447)	(25.817)
	(27.260)	(27.590)
	18.625	22.977

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de março de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2018	31/03/2019	31/03/2018
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	36.308	-	565
Provisão para manutenção	9.267	14.049	(4.782)	252
Outras provisões temporárias	310	210	100	(316)
	45.885	50.567	(4.682)	501
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.813)	(1.773)	(40)	165
Intangíveis - Efeito temporário	(25.447)	(25.817)	370	(336)
	(27.260)	(27.590)	330	(171)
	18.625	22.977	(4.352)	330

b. Créditos tributários

Companhia

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	109.769	105.417

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de março de 2019, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	31/03/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	119.536	106.788

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Controlada, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prever que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Controladora	
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.175)	(10.752)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	400	3.656
Equivalência patrimonial	247	(671)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(646)	(2.985)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.177	(10.861)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	1.080	3.693
(+) Adições permanentes	(330)	(339)
(+) Exclusão permanentes	5.957	1.055
(-)/(+) Créditos de prejuízos fiscais reconhecidos (não reconhecidos)	(7.607)	(2.767)
(-) Outros	(1.292)	(1.312)
Impostos diferidos	(4.352)	330
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(221)
Alíquota efetiva	25%	1%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

15. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2019, está provisionado o montante de R\$449 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	539	78	617
Provisão (reversão de provisão)	(163)	(5)	(168)
Saldo final	376	73	449

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 9.675 em 31 de março de 2019 (R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/03/2019		31/12/2018	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	56	5.580	64	3.847
Trabalhistas	99	4.095	100	4.032
Total	155	9.675	164	7.879

A Controlada possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 21, seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 130.585 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Controlada é responsável solidária.

16. Patrimônio líquido – Controladora

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 347.470 para R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

A composição acionária em 31 de março de 2019, é apresentada a seguir:

Descrição			%
Fundo de Investimento em Participações Volutto	223.846.668	49,97	
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	50,03	
	447.469.536	100,0	

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

17. Receita operacional líquida – consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2019	31/03/2018
Receita de pedágios	47.919	48.642
Receitas acessórias	6.396	79
Receita de construção	7.410	2.879
Outras receitas	40	-
Tributos incidentes	(4.530)	(4.066)
	57.235	47.534

18. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Serviços de terceiros	(70)	(134)	(7.415)	(6.429)
Custo com pessoal	-	-	(5.369)	(5.242)
Amortização e depreciação	-	-	(6.395)	(8.901)
Provisão para manutenção	-	-	(3.954)	(3.671)
Custo de contrato concessão	-	-	(2.143)	(2.727)
Outros	-	(2)	(505)	(1.212)
Total	(70)	(136)	(25.781)	(28.182)
Custo dos serviços prestados	-	-	(23.958)	(25.060)
Despesas administrativas e gerais (i)	(70)	(136)	(1.823)	(3.122)
Custo de construção	-	-	(7.410)	(2.879)

- (i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

19. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018 foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	646	778
Total receitas financeiras	-	-	646	778
Juros sobre financiamentos	(1.830)	(8.643)	(20.391)	(25.802)
Outros	-	-	(1.122)	(2.310)
Total despesas financeiras	(1.830)	(8.643)	(21.513)	(28.112)
Resultado financeiro líquido	(1.830)	(8.643)	(20.867)	(27.334)

20. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2019	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	17	-	17	17	-	-	17
Dividendos a receber e outros créditos	-	-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	11	-	-	16.399	16.399	-	16.399	-	16.399
Dividendos e contas a pagar partes relacionadas		-	-	9.231	9.231	-	-	-	

31 de dezembro de 2018	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	22	-	22	22	-	-	22
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	11	-	-	107.756	107.756	-	107.756	-	107.756
Dividendos e contas a pagar partes relacionadas		-	-	1.220	1.220	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2019	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	2.820	-	2.820	-	2.820	-	2.820
Aplicação financeira	4	60.958	-	-	60.958	-	60.958	-	60.958
Contas a receber de clientes	5	-	12.053	-	12.053	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	2.842	-	2.842	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	42.476	42.476	-	42.476	-	42.476
Debêntures	11	-	-	65.960	65.960	-	65.960	-	65.960
Fornecedores	12	-	-	67.996	67.996	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar partes relacionadas		-	-	9.463	9.463	-	-	-	-

Valor contábil						Valor justo			
31 de dezembro de 2018	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	4.919	-	4.919	-	4.919	-	4.919
Aplicação financeira	4	62.537	-	-	62.537	-	62.537	-	62.537
Contas a receber de clientes	5	-	9.015	-	9.015	-	-	-	-
Outros créditos		-	2.753	-	2.753	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	39.160	39.160	-	39.160	-	39.160
Debêntures	11	-	-	550.272	550.272	-	550.272	-	550.272
Fornecedores	12	-	-	61.421	61.421	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar partes relacionadas		-	-	3.366	3.366	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2019.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) **Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) **Risco de liquidez**

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/03/2019	Contábil	Fluxo			
		contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	150.717	220.825	33.374	45.046	142.405
Debêntures (*)	566.945	796.439	70.748	90.913	635.678
Fornecedores e contas a pagar	67.996	67.996	67.996	-	-
Dividendos a pagar	66	66	66	-	-
	785.724	1.085.326	172.184	135.959	778.083
Em 31/12/2018	Contábil	Fluxo			
		contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures (*)	550.272	754.906	68.448	78.816	607.642
Fornecedores e contas a pagar	61.421	61.421	61.421	-	-
Dividendos a pagar	66	66	66	-	-
	779.7558	1.015.016	184.156	123.628	707.232

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 10 e 11.

(iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	31/03/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Empréstimos e financiamentos	1.545	1.773

		Risco	Valor contábil	
			31/03/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa variável				
Empréstimos e financiamentos		CDI	13.709	16.571
Empréstimos e financiamentos		TJLP	90.257	99.580
Empréstimos e financiamentos		UMIPCA-M	45.206	49.875
Debêntures – Controlada		IPCA	457.363	442.516
Debêntures – Controladora		IGP-M	109.582	107.756

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) – Relatório FOCUS, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-Mé apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	90.257	Aumento TJLP	7,00%	(6.318)	8,75%	(7.897)	10,50%	(9.477)
Empréstimos e financiamentos	45.206	Aumento UMIPCA	1,90%	(859)	2,38%	(1.074)	2,85%	(1.288)
Capital de giro	13.709	Aumento CDI	10,25%	(1.405)	12,81%	(1.756)	15,38%	(2.108)
Debêntures Controlada	457.363	Aumento IPCA	3,60%	(16.465)	4,50%	(20.581)	5,40%	(24.698)
Debêntures Controladora	109.582	Aumento IPCA	2,75%	(948)	3,44%	(1.185)	4,13%	(1.422)
Total dos passivos financeiros	641.015			(25.995)		(32.494)		(38.993)
Impacto no resultado do período apresentado						(6.499)		(12.998)

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	90.257	Aumento TJLP	7,00%	6.318	5,25%	4.738	3,50%	3.159
Empréstimos e financiamentos	45.206	Aumento UMIPCA	1,90%	859	1,43%	644	0,95%	429
Capital de giro	13.709	Aumento CDI	10,25%	1.405	7,69%	1.054	5,13%	703
Debêntures Controlada	457.363	Aumento IPCA	3,60%	16.465	2,70%	12.349	1,80%	8.233
Debêntures Controladora	109.582	Aumento IPCA	2,75%	948	2,06%	771	1,38%	474
Total dos passivos financeiros	641.015			25.995		19.497		12.998
Impacto no resultado do período apresentado						6.499		12.998

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2019.

(vii) **Risco de preço e valor de mercado**

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

21. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	05/2018 a 05/2019	73.846
Garantia ampliação	05/2018 a 05/2019	130.585
Operacionais	05/2018 a 05/2019	42.900
Responsabilidade civil	05/2018 a 05/2019	35.900
Engenharia	05/2018 a 05/2019	13.701

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

22. Benefícios a empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

25. Compromissos vinculados a contrato de concessão – consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de março de 2019 totaliza R\$ 775.971, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais.

26. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7. Durante o período findos em 31 de março de 2019 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 7.410, dos quais R\$ 629 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado – fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

27. Outros assuntos

Em 1º de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas as informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 a maio de 2012. A investigação naquela ocasião não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

A respeito da referida investigação, em 1º de junho de 2018, o juiz da 10ª vara emitiu sentença sobre os investigados que não fazem parte do quadro da Companhia, que, por sua vez, não figura como investigada.

Até o momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida sentença e por quaisquer desdobramentos futuros das investigações pelas autoridades brasileiras, a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis de 31 de março de 2019.

A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
CT – CRC/SP nº 1SP-236.252/O-0